

**Reunião ordinária****Data: 2022-04-18****Início: 09.33 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 12.00 horas****Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Carrão
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão não participou na reunião por se encontrar de licença parental. -----

**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE-----**

**N.º 01 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2021 (254/PGEN/DF/2022 - 1/PCONTAS/DF/2022)-----**

**N.º 02 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA TEJO AMBIENTE, EIM, SA REFERENTE AO ANO DE 2021 (2289/ENTE/DAJA/2022 - 1/ENTEXT/PR/2019)-----**

**PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----**

**N.º 03 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O ROTARY CLUB TOMAR CIDADE (19/PPRC/PR/2022)-----**

**N.º 04 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À SOCIEDADE FILARMÓNICA GUALDIM PAIS NO ÂMBITO DO ENSINO ARTÍSTICO (DANÇA) (12/PPRC/PR/2022) -----**

**N.º 05 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA DIRIGENTES INTERMÉDIOS (21/PPRC/PR/2022)-----**

**INFORMAÇÕES:-----****INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----**



**N.º 06 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (20/PPRC/PR/2022)-----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**

**N.º 07 – OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO – imputação de custos referente ao ano de 2021 (80/PGEN/DOM/2022 - 1/DIVER/DOM/2013)-----**

**N.º 08 – CEDÊNCIA DE MATERIAL – Convento de Cristo (2406/ENTE/DAJA/2022 - 14/DIVER/DOM/2014)-----**

**N.º 09 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E DA AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – atas das reuniões de segurança (40/PGEN/DOM/2022 - 23/CONPUB/DOM/2019)-----**

**N.º 10 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – atas das reuniões de segurança (342/PGEN/DOM/2021 - 13/CONPUB/DOM/2021)-----**

**N.º 11 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – trabalhos complementares e prorrogação do prazo de execução (2/ESPP/EPTH/2022 - 7/ESPUEX/EPTH/2016) -----**

**N.º 12 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – revisão de preços (71/EMPR/DOM/2022 - 65/CONPUB/DOM/2020 e 98/EMPR/DOM/2022 - 65/CONPUB/DOM/2020) -----**

**DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----**

**N.º 13 – BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO – dados estatísticos do ano de 2022 (18/PPRC/PR/2022)-----**

**N.º 14 –ACESSO À PONTE DO BAIROLO – RETIFICAÇÃO DE ÁREA EXPROPRIADA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (5387/ENTE/DAJA/2021 - 1/DIVER/DAJA/2020) -----**

**N.º 15 – PROCISSÃO DO SENHOR DOS PASSOS – isenção de taxas (1839/ENTE/DAJA/2022- 1/AUTLIC/DAJA/2022) -----**

**N.º 16 – CAMINHADA DOS 100 ANOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR – isenção de taxas (20/OVEP/DAJA/2022- 1/AUTLIC/DAJA/2022)-----**

**N.º 17 – VIA SACRA DAS PARÓQUIAS DE TOMAR – isenção de taxas (2470/ENTE/DAJA/2022 - 1/AUTLIC/DAJA/2022)-----**

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----****N.º 18 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE SANTA IRIA (5/PPRC/DEISA/2022 - 3/PROGAPED/DEAS/2013)-----****DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----****N.º 19 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR – Ana Cristina Pombeiro de Jesus (1920/ENTE/DAJA/2022) -----****N.º 20 – AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA – António Marques da Graça, Cabeça de casal da herança de (2480/ENTE/DAJA/2022)-----****DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA: -----****N.º 21 – DECLARAÇÃO DE COLABORAÇÃO NO QUADRO DA DINAMIZAÇÃO DO TURISMO INDUSTRIAL EM PORTUGAL (2407/ENTE/DAJA/2022 - 33/ENTEXT/PR/2013) ----****N.º 22 – FEIRA DE SANTA IRIA 2022 (34/PGEN/GELS/2022 - 2/DIVER/GELS/2022) -----****EXPEDIENTE:-----****N.º 23 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - ROTAS DE SEFARAD REFERENTE AO ANO DE 2021 (2288/ENTE/DAJA/2022 - 39/ENTEXT/PR/2013)---**

**Sendo nove horas e trinta e três minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** informou que, no mês de março, deram entrada no Canil-Gatil Intermunicipal de Tomar trinta e três canídeos (trinta e um capturados) e cinco felídeos (quatro capturados); foram restituídos dois cães e adotados dez canídeos e dezassete felídeos, tendo um dos animais sido enviado para França; morreu um gato e foram eutanasiados três felídeos e quatro canídeos; a população residente passou a ser de cento e noventa e seis canídeos e sessenta e cinco felídeos; no mesmo período, foram realizadas cinco cirurgias e esterilizados um animal de uma família carenciada a residir em bairro social, doze canídeos e sessenta e seis felídeos.-----

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** deu conhecimento da candidatura apresentada ao Concurso de Apoio à Programação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, promovido pela Direção-Geral das Artes, com vista ao financiamento da programação dedicada às artes performativas, contemplando projetos mais alternativos e emergentes, que trabalhem com a comunidade, para um período de quatro anos, no valor anual de cinquenta mil euros. Realçou que a nossa candidatura obteve o maior número de pontos, o que a deixa muito orgulhosa, e



que este sucesso só foi possível graças ao trabalho e envolvimento da equipa da Divisão de Turismo e Cultura, que a elaborou, e da Chefe de Divisão, Dra. Ana Soares, que foi incansável na sua concretização. Deu os parabéns a todos, em especial à dirigente. Deu nota que, no dia dezanove, se realizam duas sessões públicas de auscultação para a concretização da candidatura aos Bairros Comerciais Digitais, uma pelas dezoito horas, para a qual foram enviados convites aos vereadores e ao Conselho Municipal de Juventude, e outra pelas dezanove horas e trinta minutos, dirigida a todos os comerciantes. Informou que, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, vai ter lugar mais logo a abertura ao público da segunda fase de A Moagem - Fábrica das Artes, com oficinas tradicionais e criativas ao vivo, onde vai ser anunciada a abertura de novas candidaturas para artistas que queiram estar e dinamizar o espaço. Apelou à participação nas iniciativas programadas no âmbito das comemorações do vinte cinco de abril, na Caminhada do Grou, que promovem no dia vinte e quatro, no âmbito do Ano Jacobeu, para promover o caminho e sensibilizar para as questões ambientais, e nos eventos Templários Rally Classic e Feira da Laranja, que têm lugar no dia trinta.

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu o desagrado perante a não continuidade da presença nas freguesias das técnicas que asseguram o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, o que muito dificulta o acesso dos cidadãos a esse serviço, até porque, muitas vezes, face à sua situação desfavorável, têm alguma vergonha em os procurar. Perguntou qual é o vínculo dessas técnicas tendo em conta que não verificaram qualquer publicação no Portal Base.Gov. Recordou que, no dia vinte e quatro, é Dia Aberto no Canil e questionou se está previsto voltar a realizar-se a campanha gratuita de identificação eletrónica para animais de companhia, que facilita o acesso de pessoas com menores recursos a esses serviços.

**Em resposta, a Sra. Vereador Filipa Fernandes** informou que o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social vai continuar a ocorrer nas freguesias, em moldes que serão anunciados logo que possível. Deu nota que as técnicas que estavam afetadas à Santa Casa da Misericórdia de Tomar estão a ajudar, a título voluntário, na fase de transição dos processos e que, para não cortar a ligação que já existe com as famílias, se pretende a sua continuidade, estando a decorrer procedimento concursal para o efeito.

**Em resposta, o Sr. Vereador Hélder Henriques** informou que já foram recebidas as orientações da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária para se dar início ao processo de vacinação e colocação de chip, previsivelmente com início no mês de maio; em Tomar, a



vacinação e colocação de chip ocorre na primeira e terceira quarta feira de cada mês, na tenda do Mercado, e, nas restantes quartas-feiras, no Canil. -----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** perguntou qual é o ponto da situação do processo de prestação de contas dos SMAS referente ao ano de dois mil e vinte um, e internalização na Câmara Municipal, retirado da ordem do dia da reunião de dez de janeiro. Referiu que, recentemente, foi notícia a abertura de duas salas de Jardim de Infância na Escola Integrada Santa Iria, e quer perceber o que se passa, e de que forma está o assunto a ser tratado, porque os preocupa a leviandade com que é tratado o tema da educação no concelho e a forma como é gerida. Referiu que, em junho do ano passado, foi assinado um protocolo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, prevendo-se um investimento de doze milhões de euros para aquisição, reabilitação e construção de habitação, questionando qual é a situação atual, porque começa a ficar preocupado que fosse apenas uma manobra eleitoral. Salientou que também fica preocupado perante a informação da Sra. Vereadora Filipa Fernandes sobre o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, uma resposta no domínio da ação social que passa para a esfera da competência municipal, onde se denota a habitual falta de planeamento; é um assunto de que se fala há anos, há meses que era conhecida a data do início do exercício dessa competência e ainda se está com pessoas em regime de voluntariado e com um procedimento concursal a decorrer, sendo previsível que a sua conclusão demore algum tempo. -----

**Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que queriam manter as mesmas técnicas, mas elas estavam afetas a outra instituição, e há prazos que têm que ser cumpridos, para além de que tudo isto é novo e requer aprendizagem para que todos os procedimentos sigam os trâmites normais. -----

**Em resposta, a Sra. Presidente** frisou que o processo referente à prestação de contas dos SMAS e sua internalização na Câmara Municipal foi retirado da ordem do dia porque o processo não estava devidamente informado, sobretudo pelo Revisor Oficial de Contas, não em termos contabilísticos e de resultados, porque esses já estão refletidos na prestação de contas do Município; apesar de a informação já ter sido melhorada, entendem que ainda não reúne todas as condições para o assunto ser reagendado e submetido à Assembleia Municipal. Salientou que o pedido de abertura das salas de jardim de infância na Escola Santa Iria efetuado à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares não surgiu de forma leviana ou inesperada, porque vinha sendo trabalhado com a Direção e obteve parecer do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas. Referiu que o protocolo com o Instituto da Habitação e da



Reabilitação Urbana decorre da Estratégia Local de Habitação que aprovaram, que prevê, ao longo de vários anos, um investimento de doze milhões de euros, estando a ser preparada a candidatura para aquisição de um conjunto de habitações, nuns casos para demolir e construir de novo, noutros para reabilitar, e, com o apoio daquele Instituto, um concurso de conceção-construção de habitação em cinco lotes que a Câmara detém junto ao Lidl, sendo um deles para habitação social e os restantes para habitação a custos controlados. -----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** perguntou se existe alguma calendarização das ações a desenvolver que lhes permita perceber quando é que estas respostas podem vir a estar implementadas. -----

**Em resposta, a Sra. Presidente** disse que está prevista para o mês de maio a aquisição dos núcleos para reconstrução e para demolição/construção, estando a Câmara munida de autorização para poder iniciar as medições necessárias à contratação dos projetos, e, até ao final do primeiro semestre, o lançamento do concurso de conceção-construção. -----

**O Sr. Vereador Luís Francisco** disse que gostaria de perceber melhor o que motivou a falha na disponibilização do autocarro aos alunos do Centro Escolar de Casais, que gerou algum desconforto por parte dos pais, e também alguma polémica, em particular nas redes sociais, e levou, um pouco em resposta, à emissão pela Câmara Municipal de um comunicado, um bocadinho forçado e agressivo, onde não foi assumida a responsabilidade que existia. -----

**Em resposta, a Sra. Presidente** esclareceu que, durante a semana, o autocarro está ao serviço das escolas para variadas atividades, incluindo, mediante pedido, visitas de estudo; a viatura foi cedida para o efeito, mas, de forma inesperada, necessitou de parar três dias para reparação, e os serviços contrataram a prestação de serviços de transporte para satisfazer o compromisso que estava assumido com a escola, e foi esse autocarro que não apareceu no dia da visita de estudo. Disse que o comunicado está claro e que a Câmara só é responsável pela situação na medida em que poderia ter feito pressão sobre a empresa contratada para saber o que se tinha passado. Lamentou o recurso imediato às redes sociais. -----

**O Sr. Vereador Luís Francisco** disse que é razoável e compreensível que tenha havido uma falha, neste caso da entidade contratada para assegurar o serviço, e que tem que ser compreendido que os cidadãos utilizem as redes sociais para expressar a sua indignação, mas faz-lhe alguma espécie que, um pouco em resposta, a Câmara tenha emitido um comunicado um pouco agressivo. Defendeu que, por uma questão de prestígio, a Câmara não devia entrar neste tipo de conflito e, neste caso, devia ter-se limitado a assumir as suas responsabilidades e a pedir desculpa, eventualmente informando que contratou com terceiros e se verificou uma



falha, avaliando depois internamente os acontecimentos, mas preferiu quase ameaçar que acaba com este tipo de transporte, que é uma benesse, e usar uma série de argumentos desnecessários. -----

**Em resposta, a Sra. Presidente** disse que percebe a posição, mas o que pode ser agressivo para uns pode não ser para outros e não vê motivo para tanto alarido em relação a uma ocorrência pontual, sendo certo que nada impede que, em conjunto com os Agrupamentos de Escolas, possam ser encontradas outras formas de atuação, porque o que é verdade é que, durante a semana, e bem, o autocarro da Câmara presta imensos serviços na área da educação, tem uma carga elevada de utilizações e é natural que possam surgir imprevistos.---

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:** -----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia catorze de abril de dois mil e vinte e dois, o qual acusa os seguintes saldos: seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e trinta e três cêntimos (6.262.859,33€) em Operações Orçamentais, e duzentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e nove euros e setenta e nove cêntimos (273.989,79€) em Operações Não Orçamentais. -----

#### **N.º 01 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2021** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal os documentos de prestação de contas do Município de Tomar referente ao ano de 2021, que apresenta os seguintes movimentos:-----

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:** -----

Saldo da gerência anterior: quatro milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e quarenta euros e trinta e dois cêntimos (4.205.540,32€); -----

Receita: trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos (31.451.572,43€); -----

Despesa: vinte e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco euros e vinte e três cêntimos (29.539.285,23€);-----

Saldo para a Gerência Seguinte: seis milhões, cento e dezassete mil, oitocentos e vinte sete euros e cinquenta e dois cêntimos (6.117.827,52€);-----

Rendimentos: trinta milhões, quatrocentos e dezanove mil, quatrocentos e noventa e sete euros e onze cêntimos (30.419.497,11€); -----



Gastos: vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e sete euros e cinquenta e um cêntimo (29.571.807,51€); -----

Resultado Líquido do Exercício: oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos (847.689,60€). -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor, três votos contra e o voto de qualidade da Sra. Presidente. -----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, apresentaram a seguinte declaração de voto: "O Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativo ao ano de 2021 evidencia, mais uma vez, aquela que tem sido a gestão socialista da Câmara Municipal de Tomar e que perdura há mais de 8 anos: uma gestão anémica. -----

É curioso, quando é afirmado, na mensagem da Presidente, que "o fundamento do municipalismo assenta na proximidade, no conhecimento da realidade e no tempo de ação". Tudo pressupostos verdadeiros, mas que não encaixam na forma de atuar da maioria socialista. -----

As opções tomadas caracterizam-se pelo alheamento completo face aos sinais evidentes de decadência e perda de vitalidade do concelho de Tomar. -----

Alguns dos temas que nos preocupam e que consideramos necessitarem de respostas concretas e capazes, para efetivar transformações: -----

- Decréscimo da população; -----
- Desvalorização do tecido empresarial existente e ausência de políticas de captação de investimento; -----
- Desvios acentuados dos indicadores quando comparados com outros concelhos da região. ---

Questiona-se, assim, a reduzida eficácia das opções da governação socialista, sem uma visão estratégica global. -----

Na análise ao documento do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, constatamos que: ----

- Os valores das receitas de capital são muito baixos: questiona-se como estão a ser executadas as candidaturas a fundos comunitários, uma vez que o peso nas receitas de capital, é determinante. -----



- Quando analisados, verifica-se que os projetos em curso e, também, dependentes de candidaturas não alavancam soluções de desenvolvimento para o concelho.-----
- Em 30 milhões de euros, 21 milhões são de despesa corrente e 8 milhões de despesa de capital. -----
- Ao nível dos valores da despesa não existe qualquer preocupação de controlar os valores, apesar de ser assumido, pelo executivo a antevisão de risco de desequilíbrio e da necessidade de tomar medidas.-----
- É galopante a despesa realizada em prestação de serviços e outsourcing. Nos Fornecimentos e Serviços Externos verificou-se um aumento de 2 milhões de euros (40%), passando de 4,3 milhões em 2020 para 6,2 milhões em 2021. Qual a preocupação com esta evolução? Quais as medidas que estão a ser tomadas? Não as há. -----
- É, aliás, assumido pelo próprio executivo, como opção estratégica o recurso ao outsourcing de forma a ultrapassar “vicissitudes e outras entropias internas”.-----
- A execução da despesa fica-se pelos 72% e não fosse revisões orçamentais no fecho do ano, teríamos um valor de execução consideravelmente inferior. -----
- As despesas correntes representam 72% do total da despesa o que, como o próprio documento relata, é preocupante (“O mais preocupante é o crescimento das Despesas Correntes”). -----
- As despesas com pessoal atingiram 11,6 milhões de euros e representam 40% em toda a estrutura de custos. -----
- Ao nível da contratação pública é possível verificar que 93% dos procedimentos são através de ajuste direto simplificado, com custos muito mais elevados, rutura de bens e serviços deficientes. -----

Pelas razões apresentadas e por considerarmos que o Relatório de Gestão e Prestação de Contas resulta da execução de um Orçamento e Grandes Opções do Plano que não servem Tomar, os Vereadores do PSD votam contra.”. -----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que a gestão socialista que perdura há dois mandatos é uma gestão anémica, evidencia um alheamento completo face aos sinais evidentes de decadência a vitalidade do concelho, uma gritante falta de interesse em planear, uma ausência de discussão da funcionalidade das opções tomadas, em particular dos poucos investimentos realizados, os quais, na sua esmagadora maioria, decide unilateralmente; é questionável a reduzida eficácia das opções, sobressaindo em muitas delas respostas a um certo clientelismo que vem alimentando a máquina, com implementação



de políticas discriminatórias no território, sem uma visão global, desvalorizando os esforços de algumas comunidades, entidades e empresas, e premiando sempre os mesmos, para além de se recorrer, frequentemente, à vitimização, nomeadamente a dificuldades de negociação com o Poder Central, que é do seu próprio partido. Referiu que a condução do processo da revisão do Plano Diretor Municipal é um exemplo desta forma de gestão, da falta de visão e dos atrasos, que comprometeram em larga escala muitos projetos de particulares, de empresas e de entidades da economia social; assim como os anos e anos que os planos de pormenor e os planos de urbanização levam a progredir, com avanços e recuos, que nada têm favorecido o concelho; ou a situação das prometidas intervenções nos rios Nabão e Zêzere, em período eleitoral, que não passam de promessas; ou os processos das delegações de competências onde continua a ser assumida a ausência de respostas do Poder Central, como ilustram as recentes tomadas de posição no domínio da saúde. Referiu que não se encontram respostas neste documento porque é necessário semear para colher e o que lhes é apresentado é apenas colher, e o desejado desenvolvimento do território e melhoria das condições para toda a população não se consegue com as políticas que têm sido seguidas e com esta forma de atuar.

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Luís Francisco** referiu que devia ser evitado o uso de estrangeirismos em documentos oficiais e que há dificuldade em entender o documento na sua generalidade, nomeadamente por falta do parecer do Revisor Oficial de Contas e de um estudo de avaliação do impacto da extinção dos SMAS nas contas do município. Salientou que a taxa de execução em relação ao orçamento inicial foi apenas de quarenta e sete por cento, o que denota bem o impacto que as alterações tiveram, algumas delas realizadas no final do mandato, numa altura em que já não se altera nada em termos de planeamento, mas se obtêm números mais bonitos. Referiu que é questionável a bondade do financiamento parcial do investimento pelas receitas correntes, porque poderão estar a desviar receitas que seriam adequadas para prover a eficácia e eficiência dos serviços, para além de poder revelar também alguma ineficácia na captação de financiamento para os investimentos; há queda de receitas provenientes da venda de diversos serviços (cemitérios, mercados e feiras, parques de estacionamento), como já aconteceria antes da pandemia, e as causas dessa ineficiência têm que ser ponderadas. Referiu que se continua a verificar o crescimento das despesas correntes e de capital e que as despesas fixas (despesas com pessoal e aquisição de serviços) representam cerca de cinquenta e quatro por cento das despesas correntes, o que complica e dificulta a atividade da Câmara, e não é acompanhada de uma melhor ou acrescida prestação de serviços à população, que continua a decrescer; a situação



exige alguma contenção e a tomada de medidas concretas para a inverter; sendo razoável que, pontualmente, possa haver atividades que consumam mais recursos do que os meios libertos, quando são várias as ações em que o valor transferido pelo Estado é constantemente insuficiente, nomeadamente no domínio da educação, é preciso avaliar porque é que ocorrem os desvios. Referiu que se registou um acréscimo de quatro milhões de euros nos rendimentos, mas os gastos em outros serviços externos cresceram dois milhões, os gastos com o pessoal um milhão e os outros gastos um milhão, e é preciso avaliar se se justifica este uso do rendimento que se obteve a mais, que devia ser usado em benefício da comunidade.-----

**Em resposta, a Sra. Presidente** referiu que os documentos de prestação de contas refletem as opções estratégicas que são tomadas no orçamento, as quais, naturalmente, acompanham as posições e medidas do programa eleitoral que foi sufragado pelos eleitores, e que as questões que se têm colocado no relacionamento com o Governo não se verificam apenas com a Câmara de Tomar e são admissíveis em qualquer procedimento negocial, independentemente da cor política das partes. Referiu que o parecer do Revisor Oficial de Contas é obrigatório no órgão deliberativo e irá ser entregue atempadamente aos Deputados Municipais. Referiu que os resultados dos SMAS estão refletidos nos documentos, sem prejuízo da apresentação de um relatório mais exaustivo, que foi solicitado, mas ainda não reúne as condições que consideram necessárias. Salientou que o orçamento é um documento previsional que tem que ser adaptado e adequado à realidade, à medida que as coisas vão acontecendo, e que o seu montante global só é alterado através de revisões orçamentais. Referiu que se mantém a estrutura rígida da despesa, desde logo nos recursos humanos; o quadro do pessoal está construído para as competências de há uma ou duas décadas atrás e falta capacidade para dar resposta ao conjunto das novas competências, pelo que terá que aumentar, ou terão que contratar fora, mas sempre com aumento de custos; a estratégia é, paulatinamente, ir desativando algumas atividades que não são centrais na atividade municipal e recorrer a outsourcing, mas, durante um determinado número de anos, terá que haver a duplicação das duas formas, e consequentemente a despesa sofrerá grande aumento; a questão do envelope financeiro que acompanha a descentralização de competência é importante, mas, em termos de qualidade do serviço, seria mais importante dotar as Câmaras de recursos humanos que permitam dar resposta a essas competências, a par de um plano de reformas antecipadas na Administração Local e de uma melhor remuneração aos trabalhadores ao longo da carreira, se comparada com a categoria de entrada. Salientou que apesar do decréscimo da população, não há menos estradas, menos jardins ou menos espaços públicos,



as infraestruturas físicas e os edifícios municipais existem e continuam a precisar de manutenção e de obras de recuperação ou de requalificação. -----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que não se pode aceitar o problema da estrutura orgânica e não iniciar, como já devia ter acontecido há muito tempo, procedimentos de requalificação, qualificação e/ou complemento das competências que muitos trabalhadores têm, sem descuidar que precisam de ser motivados e de ver o seu trabalho reconhecido, porque há equipas municipais que cumprem com muito primor nas suas áreas: quatro anos depois de ter havido legislação sobre as novas competências as equipas ainda não estão dotadas das competências e das ferramentas de que necessitam, e isso não se consegue de um dia para o outro. Referiu que noventa e três por cento dos procedimentos de contratação são por ajuste direto simplificado, implicando custos mais elevados, rutura de bens e serviços deficientes, em alguns casos a empresas e entidades cujos CAE não se lhes adequam, mas a governação chega a questionar a ausência de planeamento nos serviços internos requisitantes, esquecendo que o exemplo tem que vir de cima e que é preciso que exista uma estratégia e um plano da organização para que os serviços também possam fazer o seu planeamento, e que ocorram reuniões com os responsáveis das várias áreas, o que lhe parece faltar. Salientou que a preocupa que a referida contratação de agentes e peritos com prémios indexados à melhoria da eficiência possa, ainda este mandato, ser uma opção para assegurar o planeamento que a Câmara não tem. -----

**O Sr. Vereador Luís Francisco** referiu que para resolver o problema da estrutura é preciso determinar qual é a que se adequa aos tempos atuais e futuros, e que prestará um bom serviço à comunidade, e planear como se faz a transição para ela, sendo certo que haverá necessidade de reorientar determinados serviços, dar alguma formação e criar alguma motivação acrescida nalguns setores. -----

**A Sra. Presidente** reconheceu que a organização não é perfeita e que há um caminho a fazer, utilizando racionalmente os meios disponíveis, quer humanos quer financeiros, mas conhecem os trabalhadores que têm e onde é que dão maior rendimento, sabem para onde querem ir, como lá chegar e que precisam de três ou quatro anos para o conseguir. -----

## **N.º 02 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA TEJO AMBIENTE, EIM, SA REFERENTE AO ANO DE 2021** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente aos documentos de prestação de contas da Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA referente ao ano de 2021, aprovados em Assembleia Geral realizada a 24 de março. -----



**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, tomou conhecimento dos documentos de prestação de contas e do parecer do fiscal único e deliberou remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento e aprovação da aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio financeiro, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no montante de 319.244,26€ (trezentos e dezanove mil, duzentos e quarenta e quatro euros e vinte seis cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor, três votos contra e o voto de qualidade da Sra. Presidente.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, apresentaram a seguinte declaração de voto: "Na reunião de Executivo Municipal do passado dia 7 de fevereiro, quando questionada pelos Vereadores do PSD sobre os resultados da Tejo Ambiente em 2021, a Presidente da Câmara Municipal indicou que não seria necessária reposição de valores na Tejo Ambiente uma vez que se esperava um resultado líquido positivo. -----

Foi, por isso, com bastante surpresa que constatámos que a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA obteve um resultado líquido negativo de quase 900 mil euros, o que implica a necessidade do Município de Tomar contribuir para a reposição do equilíbrio financeiro com 319.244,26€. -----

Não aceitamos que a Presidente da Câmara Municipal de Tomar, Presidente da Administração da Tejo Ambiente até outubro passado e tendo depois continuado como Vogal, não tivesse conhecimento deste desequilíbrio financeiro, o que só nos pode levar à conclusão que a 7 de fevereiro ocultou propositadamente a realidade da Tejo Ambiente. -----

A Tejo Ambiente foi criada com um conjunto de pressupostos, entre os quais mais-valias e ganhos para o concelho de Tomar e a população. -----

Passados 2 anos de desequilíbrio financeiro e qualidade de serviço inferior, é justo perguntarmo-nos: valeu a pena? Quais foram os ganhos efetivos que Tomar obteve em aderir à empresa intermunicipal? -----

Fica também no ar a dúvida sobre a viabilidade da Tejo Ambiente, uma vez que, de acordo com a lei, ao terceiro ano consecutivo de prejuízos, é obrigatória a dissolução da empresa. Estará a viabilidade da empresa dependente do enorme aumento de tarifas que se avizinha? --

Por último, preocupa-nos também que o Município de Tomar não tenha projetos prontos a concorrer a avisos de candidaturas comunitárias que possam surgir na reta final do quadro comunitário – antevemos mais oportunidades perdidas! -----



Assim, o sentido de voto dos Vereadores do PSD é contra.”.-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que, de acordo com o relatório, quando, no início do ano passado, foi decidido rever o estudo de viabilidade económica e financeira da empresa, já se previa vir a ter resultados negativos no exercício em apreciação, mas, a julgar pelas respostas que recebeu na reunião de sete de fevereiro, a Sra. Presidente, que presidiu ao Conselho de Administração até outubro, e continuou como Vogal, não tinha a mínima ideia que as contas iam ser desta magnitude em termos de resultados negativos, e não consegue perceber como é que isto pode acontecer. Referiu que se coloca a questão se a viabilidade da empresa vai depender do aumento das tarifas, que, segundo parece, se irá traduzir na reposição das tarifas nos valores que estavam em vigor antes da entrada de Tomar na Tejo Ambiente. Perguntou o que é que Tomar efetivamente ganhou com a entrada na empresa, se a Câmara tem projetos preparados para poder submeter imediatamente eventuais candidaturas a novos avisos de candidatura que possam surgir, e se está em cima da mesa o cenário da dissolução da Tejo Ambiente, que, conforme é referido no relatório, acontecerá obrigatoriamente perante um terceiro ano de resultados líquidos negativos.-----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que a renovação das redes de água do concelho é uma questão muito relevante para o território e precisam de saber se só virá a acontecer caso se verifique a abertura de candidaturas a financiamento. Perguntou quem ficará responsável pelo coletor de saneamento que está a ser colocado na margem direita do rio Nabão cujo dono de obra é a Câmara Municipal.-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Luís Francisco** referiu que o estudo de viabilidade económica e financeira é um documento fulcral para a gestão da empresa e que perante a conclusão de que o estudo inicial, que serviu de base às decisões que foram tomadas, contém erros, deviam ser apuradas responsabilidades, porque são graves. Saliu que haverá benefícios em ter esta estrutura maior no setor de águas e resíduos, mas, em termos de gestão, também há desbenefícios; por vezes, é mais fácil gerir o mais pequeno e os SMAS poderiam ser melhores se se tivesse conseguido a correção dos defeitos que tinham, e não há dúvida que faltaram estudos comparativos sobre como seria se Tomar não tivesse entrado na empresa e que evolução poderia ter havido, nessa altura e agora. Referiu que os documentos de prestação de contas devem permitir que os decisores tenham uma perceção das perspetivas futuras e, em particular no órgão deliberativo, parece-lhe um pouco um tiro no escuro estar a aprovar estes documentos sem ter sido apresentado o estudo de viabilidade



económica e financeira revisto. Salientou que Tomar detém trinta e cinco vírgula sessenta e três por cento do capital social, é responsável por quarenta e dois por cento do rendimento, constitui quase trinta e cinco por cento da população que é servida e recebeu vinte sete vírgula cinco do investimento global realizado, e este números devem ajudar à reflexão que se exige; são questões que não podem ser vistas só no presente, mas, perante a gravidade de, pela segunda vez, se alcançarem resultados negativos, e Tomar ter que suprir a maior fatia do prejuízo, a gestão da empresa tem que merecer atenção e o estudo de viabilidade económica e financeira tem que lhes indicar como vão inverter a tendência, ou durante quanto tempo ela se vai manter. Salientou que há rubricas nos fornecimentos de serviços externos que cresceram bastante (trabalhos especializados, conservação e reparação, rendas e alugueres, comunicação e seguros) e é preciso saber o que é que justifica este acréscimo de despesa e se se vai manter. Referiu que o Revisor Oficial de Contas coloca duas reservas, uma em relação à circularização de clientes, não tendo a empresa culpa que não haja resposta, e outra em relação ao controlo interno em termos de inventário, que deve merecer atenção, porque também tem peso no balanço.-----

**Em resposta, a Sra. Presidente** referiu que, a sete de fevereiro, as contas não estavam fechadas e as informações que tinha, a partir do segundo semestre, é que as contas poderiam ficar a zero, tanto mais que se contava que viesse a concretizar-se a transferência de um milhão de euros por parte do Governo, como aconteceu em dois mil e vinte, o que acabou por não acontecer, sendo certo que houve uma diminuição significativa dos resultados negativos entre o primeiro e o segundo ano de atividade e o que se espera é que assim continue e se evite a dissolução, com todos os custos que implica para qualquer um dos municípios. Defendeu que um conjunto de municípios unidos tem mais poder negocial do que um só município, em particular neste setor, para além de que, na altura, se perspetivava que só as entidades agregadas pudessem concorrer ao POSEUR, e não nega que esse foi um dos motivos que levou à adesão à Tejo Ambiente. Reconheceu que a empresa só entrará em velocidade cruzado quando Ourém entrar com o subsistema da água e que, até este momento, é Tomar que tem carregado a empresa, mas teve ganhos, uns mais visíveis do que outros, nomeadamente poder estar a fazer as obras de saneamento. Deu nota que herdaram dos SMAS os projetos para todas as intervenções necessárias para a cobertura total de saneamento e estão identificados três para o caso de haver restos de verbas na fase final do Quadro Comunitário de Apoio, os quais carecem de revisão de projeto, se bem que as soluções que hoje existem para a recolha e tratamento de águas residuais dispensa a construção de



quilómetros de condutas e de estações elevatórias, e os projetos desse tipo vão ser substituídos, estando as soluções consideradas no estudo de viabilidade económica e financeira, e, conseqüentemente, dentro do tarifário, sobre o qual apenas dirá que a introdução de novas prestações de serviços já mereceu parecer favorável da Entidade Reguladora. Disse que continua a acreditar que é possível, e desejável, ter uma empresa intermunicipal, e que os resultados vão aparecer, assim como novas oportunidades para remodelação de redes de abastecimento de água - que é necessária e urgente, até para combater as perdas de água, um dos problemas com que a empresa se debate, não obstante o investimento já realizado, mas só pode ser considerada com financiamento comunitário -, mas os seis municípios não estão todos no mesmo patamar e tem que haver solidariedade entre os acionistas. Disse que não seria correto estar a fazer projeções para o futuro neste documento, com base num documento que ainda não reúne as condições para ser submetido aos órgãos representativos dos municípios acionistas, sendo certo que é um documento muito técnico que precisa de ser devidamente explicado, e isso acontecerá logo que possível. Informou que irá ser constituído entre a Câmara e a Tejo Ambiente um agrupamento de entidades adjudicantes para construção do coletor da margem direita do rio Nabão que será pago pela empresa e integrará o respetivo inventário. -----

#### **PROPOSTAS:**-----

#### **PROPOSTAS DA PRESIDENTE:**-----

#### **N.º 03 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O ROTARY CLUB TOMAR CIDADE**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a celebrar com o Rotary Club Tomar Cidade visando o reforço da cooperação técnica, científica e humana. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

#### **N.º 04 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À SOCIEDADE FILARMÓNICA GUALDIM PAIS NO ÂMBITO DO ENSINO ARTÍSTICO (DANÇA)**-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: -----

No concelho de Tomar existe desde há décadas a oferta de ensino artístico especializado em todos os graus de ensino, seja ensino artístico da área da música ou da dança. -----

Desde a implementação do ensino artístico no concelho, foi opção quer das escolas quer do executivo de então, que o mesmo fosse ministrado por duas associações do concelho, facto



que se mantém ainda.-----

Esta metodologia obriga a que as associações se tenham de candidatar a concursos anuais ou bianuais.-----

Ora, no concurso que ocorreu para o ano letivo 2020/2021 e que abrange também o ano letivo 2021/2022, o concurso apenas incidiu sobre os alunos do ensino básico integrado e articulado, deixando de fora os alunos do ensino secundário.-----

Esta situação leva a que os alunos que estão a meio do seu percurso escolar e profissional, tenham de abandonar o ensino artístico e tenham de recuar 1 ou 2 anos em matéria de ensino formal ou em alternativa os pais tinham de suportar os encargos totais dos seus educandos e que por ano letivo se cifra em 4.800€.-----

A Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, e bem, decidiu não interromper a carreira dos alunos nem sobrecarregar os orçamentos familiares e em alguns casos os encarregados de educação não tinham mesmo condições financeiras para suportar este encargo.-----

Ora entendemos que todas as crianças devem ter acesso à educação, independentemente da sua condição social e económica.-----

Entendemos também que é através da educação que se formam cidadãos e as autarquias não pela descentralização de competências, mas sim pelas suas atribuições materiais, têm o dever de garantir a todas as crianças um percurso escolar.-----

Estão em causa 11 alunos que por ano letivo totalizam 52.800€.-----

Assim, nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de apoio financeiro a atribuir à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais para o funcionamento do curso de dança do ensino artístico, a pagar em tranches a acordar com a entidade.-----

Deliberar ainda, que se mantenham as reuniões entre a autarquia, associação e governo central para a correção dos critérios em futuros concursos.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que esta opção pretende colmatar a falta de resposta efetiva do Governo na formação artística dos alunos do ensino secundário, mas gostariam de perceber porque é que a proposta considera mais alunos do que os indicados pela Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, e conseqüentemente um investimento anual de valor mais elevado, e de obter justificação para o valor diminuto do



cabimento, porque lhes parece uma desconformidade. -----

**Em resposta, a Sra. Presidente** referiu que a proposta tem como objetivo apoiar o ano letivo em curso, que tem onze alunos matriculados, sendo o valor do cabimento referente à primeira tranche. -----

**N.º 05 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA DIRIGENTES INTERMÉDIOS**-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente, acompanhada das notas biográficas dos elementos indicados para os júris dos procedimentos concursais identificados: -----

Na sequência da estrutura orgânica dos serviços municipais, encontra-se estabelecida como unidade nuclear o Departamento de Obras Municipais e como unidades orgânicas flexíveis a Divisão de Turismo e Cultura, a Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, e por forma a garantir a adequada gestão, coordenação e controlo das referidas unidades orgânicas, torna-se indispensável o provimento dos respetivos cargos de dirigentes, em comissão de serviço. -- Assim propõe-se, ao abrigo dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, 15 de janeiro, com as adaptações introduzidas pelos artigos 12º e 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura de procedimento concursal para provimento dos cargos de dirigentes intermédios de 1º grau para o Departamento de Obras Municipais e de 2º grau para a Divisão de Turismo e Cultura, e Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

As verbas destinadas a suportar os encargos com o recrutamento para a ocupação dos postos de trabalho e com as respetivas despesas de representação, encontram-se previstas no orçamento municipal para o ano de 2022, conforme deliberação do executivo Municipal de 29 de novembro de 2021 e deliberação da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2021. ----

Considerando que:-----

1- O estatuto do Pessoal Dirigente das câmaras Municipais (aprovado pela Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação) adapta à administração local o estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do estado (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação (Estatuto do Pessoal Dirigente); -----

2- À composição do júri dos titulares de cargos de direção intermédia é aplicável as regras previstas no artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação; -----

Nos cargos de direção intermédia o júri é constituído por:-----

a) Um presidente e dois vogais; -----



b) O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; -----

c) Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica.-----

Face ao exposto, proponho a designação do júri abaixo indicado para o recrutamento dos cargos de dirigentes, com vista à abertura de procedimentos concursais para o efeito: -----

a) Para o cargo de Dirigente de 1º Grau, Diretor de Departamento, para o Departamento de Obras Municipais: -----

Presidente: Engenheiro Nuno Eduardo Ferreira Valente, Diretor de Departamento, do Departamento de Intervenção Territorial, do Município de Torres Novas; -----

Vogal: Doutora Anabela Mendes Moreira, Professora Adjunta, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, membro da Comissão de Coordenação do Curso de Licenciatura em Construção e Reabilitação; -----

Vogal: Mestre Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão de Tomar, Diretora da Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional. -----

b) Para o cargo de Dirigente de 2º Grau, Chefe de Divisão, para Divisão de Turismo e Cultura:

Presidente: Dr. Abílio Miguel Marques Carvalho, Chefe de Divisão, da Divisão de Ação Social e Saúde; Biblioteca e Documentação; Educação; Juventude e Desporto; Comunicação, Cultura e Turismo; -----

Vogal: Mestre Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão de Tomar, Diretora da Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional; -----

Vogal: Mestre Diva Fabiana Constantino Cobra, Presidente do Conselho de Administração da Desmor, EM.SA. -----

c) Para o cargo de Dirigente de 2º Grau, para a Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude: -----

Presidente: Mestre Diva Fabiana Constantino Cobra, Presidente do Conselho de Administração da Desmor, EM.SA; -----

Vogal: Mestre Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão de Tomar, Diretora da Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional; -----



Vogal: Dr. Abílio Miguel Marques Carvalho, Chefe de Divisão, da Divisão de Ação Social e Saúde; Biblioteca e Documentação; Educação; Juventude e Desporto; Comunicação, Cultura e Turismo.-----

Assim, no uso das competências que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º e pelo artigo 37.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, proponho à Câmara Municipal de Tomar, a abertura dos citados procedimentos concursais e propor para deliberação da Assembleia Municipal a determinação da composição do júri, conforme a proposta.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** perguntou porque é que só há lugar à abertura de procedimento para estes três dirigentes e não se incluem os restantes, como acontece noutros municípios, obtendo ganhos de eficiência num procedimento que tem a sua complexidade.-----

**Em resposta, a Sra. Presidente** referiu que a constituição do júri dos procedimentos obriga a contactos prévios e a proposta de abertura dos concursos será apresentada à medida que estiverem reunidas as condições para propor a composição do júri. -----

**INFORMAÇÕES:** -----

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:**-----

**N.º 06 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021** -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em março e abril pela Sra. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu a adjudicação da aquisição de serviços de apoio ao funcionamento das instalações e equipamentos de âmbito turístico e outros equipamentos e eventos de índole cultural, a empresas do Barreiro e de Águeda, realçando que tem dúvidas, desde logo pelos CAE que possuem, sobre as prestações que as empresas se disponibilizam fazer no concelho, pelos preços indicados, mas espera que se traduza num bom resultado.-----



**Em resposta, a Sra. Presidente** referiu que o procedimento decorreu por concurso público e que a proposta de adjudicação foi formulada pelo júri do procedimento, e, por outro lado, nada impede que possam vir a contratar trabalhadores locais. -----

**Em complemento, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que já se encontram agendadas reuniões com as empresas para agilizar o processo e que julga saber que já terão existido contatos com os vigilantes dos museus auscultando do eventual interesse em se manterem nas funções, mediante contrato. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 07 – OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO – imputação de custos referente ao ano de 2021**-----

Foi presente, para conhecimento, informação referente à despesa apurada pelo Departamento de Obras Municipais no ano de 2021, relativa aos custos diretos dos trabalhos executados em obras por administração direta, limpeza e conservação de espaços públicos e manutenção dos equipamentos do município. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco requereram** informação sobre o valor total dos custos das obras por administração direta, limpeza e conservação de espaços públicos e manutenção de equipamentos do Município organizados por Freguesias, bem como quadro resumo dos custos com os vários Espaços Cidadão organizados por Freguesia, em ambos os casos referentes ao ano de dois mil e vinte e um. -----

**N.º 08 – CEDÊNCIA DE MATERIAL – Convento de Cristo**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2996/2022 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o empréstimo de chapa de ferro ao Convento de Cristo, para instalação de escultura do Artista António Quina. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar o empréstimo, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 09 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA**



**CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E DA AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – atas das reuniões de segurança**-----

Foram presentes, para conhecimento, as atas das reuniões de segurança da empreitada de requalificação de espaços exteriores da rua Coronel Garcês Teixeira e da avenida Dr. Aurélio Ribeiro, realizadas até ao dia 31 de março, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 10 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – atas das reuniões de segurança**-----

Foram presentes, para conhecimento, as atas das reuniões de segurança da empreitada de recuperação/requalificação da Igreja de S. João Baptista (1.ª fase), realizadas até ao dia 31 de março, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 11 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – trabalhos complementares e prorrogação do prazo de execução**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal os trabalhos complementares a realizar no âmbito da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da rua Torres Pinheiro e avenida dos Combatentes da Grande Guerra, decorrentes de alteração introduzida no projeto, e a correspondente prorrogação do prazo de execução, nos termos e fundamentos da informação n.º 2076/2022 do Departamento de Obras Municipais.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou:-----

1-Aprovar a lista de trabalhos complementares, no valor de 14.475,70€ (catorze mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e setenta cêntimos) e mandar elaborar o segundo contrato adicional;-----

2-Aprovar a prorrogação do prazo da empreitada até ao dia 4 de abril de 2022 (47 dias).-----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor, três votos contra e o voto de qualidade da Sra. Presidente.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, apresentaram a seguinte declaração de



voto: "Os trabalhos complementares na Empreitada de Requalificação dos Espaços Exteriores da Rua Torres Pinheiro e Avenida dos Combatentes da Grande Guerra são mais um exemplo daquilo que é a gestão de obras públicas pela governação municipal socialista: atrasos, projetos e execução mal conduzidos.-----

Estamos perante mais uma obra atrasada, prejudicando residentes, comerciantes e quem nos visita. Agrava ainda o facto de 18 de abril estarmos a deliberar sobre a prorrogação para uma data no passado (4 de abril), sabendo que a empreitada não está ainda concluída. -----

Registamos, com desagrado, a excessiva utilização dos trabalhos complementares, para corrigir erros de projeto que seriam facilmente evitáveis com uma revisão de projeto apropriada – algo que a maioria socialista se recusa a fazer. -----

Por último, é de referir que o cabimento está mal calculado uma vez que apresenta um IVA de 23% em vez do valor correto que seria 6%. -----

Pela recorrente má condução de obras públicas mais uma vez evidenciada, os Vereadores do PSD votam contra." -----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que são recorrentes os atrasos e os trabalhos complementares nas obras geridas pela Câmara Municipal, devido à má condução das empreitadas e a projetos mal elaborados; neste caso, mais uma vez, está a ser prorrogada uma obra para uma data que já está ultrapassada, sem que se saiba se já foi entregue e de quem será a responsabilidade perante uma eventual ocorrência dado que já se encontra aberta ao trânsito. -----

**Em resposta, a Sra. Presidente** informou que ainda não foi marcada a vistoria para receção provisória da obra pelo que a responsabilidade será do empreiteiro e realçou que o valor dos trabalhos complementares corresponde a pouco mais de um por cento do valor base da empreitada. -----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** salientou que o que está em causa são as razões que conduziram aos trabalhos complementares e não o valor dos mesmos, realçando que, neste caso, era do senso comum que os autocarros não conseguissem virar naquela zona com a solução que estava a ser construída. -----

#### **N.º 12 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – revisão de preços -----**

Foram presentes as propostas da Sra. Presidente referentes às informações n.ºs 2226/2022 e 2752/2022 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo



Municipal o cálculo da primeira revisão de preços, a título provisório, da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da rua Torres Pinheiro e avenida dos Combatentes da Grande Guerra. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aprovar o cálculo da primeira revisão de preços, a título provisório, no valor de 18.862,74€ (dezoito mil, oitocentos e sessenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos).-----

Mais deliberou mandar pagar ao empreiteiro a referida quantia, acrescida do IVA. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:** -----

**N.º 13 – BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO – dados estatísticos do ano de 2022** -----

Foram presentes, para conhecimento, os dados estatísticos do Balcão Único de Atendimento, relativos ao primeiro trimestre do corrente ano.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 14 –ACESSO À PONTE DO BAIRROL – RETIFICAÇÃO DE ÁREA EXPROPRIADA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a retificação da área do artigo 152, secção N, freguesia de Junceira, propriedade de Adérito José Vinhas Teixeira Pinto, expropriada para acesso à Ponte do Bairrol, em conformidade com a deliberação de 22 de outubro de 2001, agora calculada em 976,00m2, nos termos e fundamentos das informações n.º 1839/DAJA/2022 e 2536/DOM/2022 e levantamento topográfico anexo.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aprovar a retificação da área nos termos do levantamento topográfico apresentado em anexo à informação n.º 2536/2022 do Departamento de Obras Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 15 – PROCISSÃO DO SENHOR DOS PASSOS – isenção de taxas** -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão da licença para realização da Procissão do Senhor dos Passos, no dia 3 de abril, promovida pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Olalhas, nos termos e fundamentos da informação n.º 1581/DAJA/2022.-----



*[Handwritten signature]*

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 16 – CAMINHADA DOS 100 ANOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR – isenção de taxas**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão da licença para realização da Caminhada dos 100 anos dos Bombeiros de Tomar, no dia 10 de abril, promovida pela Associação Cultural, Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 1797/DAJA/2022.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 17 – VIA SACRA DAS PARÓQUIAS DE TOMAR – isenção de taxas**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão da licença para realização da Via Sacra das Paróquias de Tomar, no dia 15 de abril, nos termos e fundamentos da informação n.º 1865/DAJA/2022.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu a omissão do valor das taxas a isentar, como também aconteceu no ponto quinze. -----

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:**-----

**N.º 18 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE SANTA IRIA**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a prestação de apoio extraordinário à Associação de Pais da Escola Básica Integrada de Santa Iria, no valor global de 3.000,00 (três mil euros), nos termos e fundamentos da informação n.º 742/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida



informação, deliberou atribuir o apoio extraordinário nos termos propostos, ao abrigo das alíneas o) e hh) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que deve merecer reflexão o motivo que terá conduzido ao decréscimo de alunos na Escola Integrada Santa Iria, que é assumido e poderá constituir um problema.-----

**Em resposta, a Sra. Presidente** sublinhou que as crianças que foram transferidas da Escola Infante Dom Henrique se encontram em instalações escolares com melhores condições, inclusive para a prática desportiva, e uma biblioteca.-----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** frisou que se refere na informação técnica que “com a recente deslocação de alunos da extinta EB1 Infante D. Henrique para a EBI Santa Iria, verificou-se uma acentuada redução do número de alunos na escola”, e **os vereadores do PSD** pretendem saber para onde foram os alunos e qual foi a motivação para essa diminuição, o que **requerem**.-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 19 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR – Ana Cristina Pombeiro de Jesus**-----

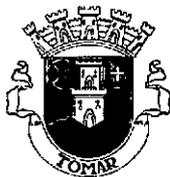
Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.005691.2022, relativo a ações de rearborização com eucalipto-comum, numa área de 12,63 hectares, em Casal da Portela, Freguesia de São Pedro de Tomar, a desenvolver por Ana Cristina Pombeiro de Jesus, nos termos e fundamentos da informação n.º 417/2022 da Divisão de Proteção Civil.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer favorável ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 20 –AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA – António Marques da Graça, Cabeça de casal da herança de**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao programa de recuperação apresentado por António Marques da Graça, Cabeça de casal da herança de relativo a ações de rearborização numa área de 0,29 hectares, em Costa Figueira, União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos e



fundamentos da informação n.º 418/2022 da Divisão de Proteção Civil.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer favorável ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 21 – DECLARAÇÃO DE COLABORAÇÃO NO QUADRO DA DINAMIZAÇÃO DO TURISMO INDUSTRIAL EM PORTUGAL**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal a Declaração de Colaboração no quadro da dinamização do Turismo Industrial em Portugal, celebrado com o Turismo Centro de Portugal, no dia 12 de abril.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a referida Declaração de Colaboração, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 22 – FEIRA DE SANTA IRIA 2022**-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes, e anexos nela referidos: Nos anos de 2020 e 2021, a Feira de Santa Iria não se realizou devido à situação pandémica que então se vivia. Felizmente a situação sanitária decorrente do surto epidémico Covid-19 evoluiu favoravelmente e tudo aponta para que, este ano, se possa retomar a realização deste evento, em segurança.-----

Assim propõe-se:-----

1. Período de realização da Feira de Santa Iria, no ano 2022-----

Dando cumprimento ao artigo 2.º do Regulamento da Feira, propõe-se a realização da Feira de Santa Iria/2022, no período compreendido entre os dias 14 e 23 de outubro.-----

2. Implementação da Feira no ano 2022-----

De acordo com o Artigo 3.º do já referido regulamento, os recintos da Feira estão organizados de acordo com as características próprias dos locais onde se propõe que a mesma tenha lugar (Mercado Municipal; Passadiço junto à margem do Rio Nabão; Travessa João Gameiro; Rua dos Arcos, lateral do tribunal (lado oeste) e Várzea Grande), conforme planta anexa.-----

3. Quando em julho de 2020 a Câmara Municipal de Tomar deliberou cancelar o evento, foi ainda deliberado que "Todos os espaços atribuídos este ano por método de seleção por proposta em carta fechada e pelo método de seleção por sorteio ficarão cativados para o



próximo ano.”.-----

Assim, propõe-se que os procedimentos de atribuição de lugares para a edição de 2022 e para dar cumprimento ao que nessa reunião foi deliberado, se processem do seguinte modo: -----

a) Que os feirantes a quem no ano 2020 tinham sido já atribuídos espaços sejam notificados de que a Feira Santa Iria se vai realizar no corrente ano, no período hoje aprovado;-----

b) Que os feirantes sejam informados da nova localização dos espaços que lhes tinham sido atribuídos em 2020, dadas as alterações da planta hoje aprovada; -----

c) Que estes feirantes sejam informados que, caso mantenham o interesse em participar na edição deste ano da Feira nos lugares que agora lhes são disponibilizados, não carecem de se submeterem a novo procedimento. Para tal terão de liquidar pelos valores totais das propostas apresentadas, até ao próximo dia 11 de maio, as verbas pelas quais tinham adquirido o direito de participar no ano de 2020.-----

4. Preços Aplicáveis aos espaços destinados às Associações e IPSS-----

De acordo com os Artigos 7.ºA e 7.ºB do Regulamento em vigor propõe-se que seja criado nesta edição da Feira um espaço específico, com montagem de 7 stands de 6m2, para associações sem fins lucrativos e IPSS. -----

Mais se propõe que não haja lugar a pagamento da taxa de utilização dos referidos espaços. --

Serão ainda disponibilizados (conforme planta de localização), três espaços de 18m2 para associações/bar, mediante pagamento da taxa de utilização no valor de 100,00€. -----

Anexa-se, ainda, tabela detalhada dos espaços a atribuir na Feira de Santa Iria 2022.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta e respetivos anexos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, apresentaram a seguinte declaração de voto: “Desde a primeira hora que os Vereadores do PSD têm defendido a Feira de Santa Iria, inclusivamente lamentando a sua não realização em 2021. -----

Mais do que o seu papel económico, cultural e social, a Feira de Santa Iria faz parte da nossa identidade coletiva enquanto tomarenses. -----

Constatamos que a solução apresentada pela governação socialista é, novamente, uma solução temporária. Desde a requalificação da Várzea Grande que aí se tornou inviável a realização da Feira de Santa Iria nos moldes habituais.-----

Há vários anos que se procura uma solução definitiva para um Parque de Feiras, capaz de



receber a Feira de Santa Iria e outros eventos, mas continua a ser uma miragem socialista que, ano após ano, continua sem se concretizar.-----

Os Vereadores do PSD votam a favor, pela importância da Feira de Santa Iria para Tomar e os tomarenses, mas reforçam a necessidade de encontrar uma solução definitiva para a Feira, na expectativa que em 2023 já aconteça em novo local.”.-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão** perguntou se há expectativa de, no próximo ano, a Feira de Santa Iria já se poder realizar no local definitivo.-----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** perguntou se a ocupação da rua dos Arcos com lugares de venda foi devidamente estudada e objeto de diálogo com os residentes e comerciantes.-----

**Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que o que se pretende é complementar e dar mais vida aos estabelecimentos que existem, acautelando o acesso e o estacionamento dos moradores, e tudo foi estudado ao pormenor. Realçou que andaram no terreno a verificar as melhores soluções e foram auscultando a comunidade sobre este modelo e, curiosamente, muitas pessoas lhe reportaram que o modelo até pode ser funcional e conduzir à reversão da intenção de deslocalização do evento para um parque de feiras, o que até faria sentido porque dá alguma vida à economia local.-----

**Em resposta, a Sra. Presidente** referiu que é inegável que Tomar precisa de um parque de feiras, mas não o pode garantir para o próximo ano, até porque depende da situação do terreno face ao Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, sendo certo que está previsto em orçamento iniciar este ano o arranjo dos terrenos.-----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** perguntou se a permanência da Feira de Santa Iria no centro da cidade é um cenário que possa estar a ser equacionado.-----

**Em resposta, a Sra. Presidente** reiterou que Tomar precisa de um parque de feiras para atividades empresariais, culturais e recreativas, e não necessariamente para a Feira de Santa Iria.-----

**EXPEDIENTE:**-----

**N.º 23 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - ROTAS DE SEFARAD REFERENTE AO ANO DE 2021**-----

Foram presentes, para conhecimento, os documentos de prestação de contas da Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad referente ao ano de 2021.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**Terminados os trabalhos, sendo doze horas, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----



Para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Avelina Maria Lopes Leal**, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

*Avelina Maria Lopes Leal*  
Avelina Leal